

Com vitória de Lula, ministério e TCU freiam privatização de Santos

Ganha força no TCU a ideia de pedido de vista por um dos ministros na sessão plenária, o que seria suficiente para jogar a análise do processo para 2023

Por Daniel Rittner — De Brasília

01/11/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

Na reta final de mandato, o governo Jair Bolsonaro demonstra disposição para recuar dos planos de privatizar o Porto de Santos (SP) caso isso seja pedido pela equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Os estudos de viabilidade e a modelagem da desestatização já foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU). Até agora, o Ministério da Infraestrutura vinha insistindo na possibilidade de lançar o edital até dezembro e marcar a data do leilão para 2023.

Com a vitória de Lula, o planejamento está sendo reavaliado. O PT não quer a privatização da Santos Port Authority (SPA), ex- Codesp, responsável pela administração portuária. A preferência do partido é por alternativas como uma abertura de capital da SPA, mantendo o controle estatal, e a concessão específica dos serviços de dragagem dos canais.

No TCU, o relator do processo é o ministro Bruno Dantas. Ele pediu à Seinfra Porto, secretaria responsável pelo assunto no órgão de controle, que envie ao seu gabinete a análise técnica da privatização de Santos até sexta-feira. Dantas quer, então, duas semanas para sua própria avaliação.

No ajustado cronograma idealizado pelo governo Bolsonaro, seria possível lançar o edital definitivo ainda em dezembro. Com isso, a privatização ficaria encaminhada.

Para suspender ou cancelar o leilão, Lula encararia um desgaste já em começo de mandato. Isso porque o empresariado, de forma geral, dá um forte respaldo à desestatização da SPA.

Nos bastidores, ganha força a ideia de pedido de vista por um dos ministros na sessão plenária em que o tema for julgado. Seria o suficiente para jogar a análise do processo para 2023 - já no governo Lula. Um detalhe curioso: a atual gestão do Ministério da Infraestrutura estaria disposta a apoiar essa solução, segundo apurou o **Valor**, caso haja um pedido do gabinete de transição.

A palavra final, no entanto, caberia a Bolsonaro. No ministério, a palavra de ordem é agir com “responsabilidade” ao tratar do assunto e não dar passos em falso, marcando um leilão com baixíssima possibilidade de ocorrer.

Ontem o TCU promoveu uma audiência pública para discutir a privatização do porto com autoridades e representantes do setor privado. O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, que participou do evento, não quis falar sobre os movimentos da pasta durante a transição.

Sampaio ressaltou que um dos pontos mais preocupantes para o bom funcionamento do porto é a dragagem - tanto uma obra de aprofundamento quanto, depois, a manutenção dos canais. “Sinceramente, não vejo alternativas ao setor privado fazendo isso”, disse.

Os estudos preveem cerca de R\$ 20 bilhões em desembolsos, por 35 anos, nas obras e manutenção do porto. São intervenções como dragagem, melhorias nos acessos rodoviários e túnel submerso ligando Santos ao Guarujá.

Na verdade, a operação dos terminais portuários já foi arrendada para o setor privado desde a década de 1990. O que se mantém sob controle estatal é a administração do condomínio portuário. É como se fosse um shopping center em que os terminais são as lojas e a SPA funciona, na prática, como a gestora do centro comercial como um todo.

Na avaliação do PT, pouquíssimos países no mundo deixaram a gestão portuária para o setor privado. O partido acredita também que falta uma experiência relevante no Brasil. A Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) só foi privatizada

no ano passado, como um projeto-piloto, e há poucas semanas tem sido administrada por uma empresa.

Entre os pontos de preocupação levantados por auxiliares de Lula está o risco de verticalização das operações, com donos de terminais ou armadores (companhias de navegação) assumindo a gestão do porto. Eles temem ainda que o futuro do complexo portuário não obedeça apenas ao interesse público, mas ao que gera mais lucro. Por exemplo: privilegiar alguns tipos de carga, em detrimento de outros, na instalação de novos terminais.

Caso reeleito, Bolsonaro esperava privatizar as demais companhias Docas - Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pará e Rio Grande do Norte - até o fim de 2026.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

20 filmes que são tão bons que são considerados perfeitos

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Nós focamos em sua segurança. Você, foca em seu game.

KASPERSKY

LINK PATROCINADO

Abriu um vinho e não bebeu tudo? Aprenda a guardar do jeito certo

BLOG AMO VINHO

LINK PATROCINADO

Nutricionista revela como eliminar a gordura abdominal

RECEITAS MODERNAS

LINK PATROCINADO

Após falência, fábrica está vendendo Mizuno a preço de custo corra antes que acabe!

LIQUIDA TÊNIS

LINK PATROCINADO

A urina escapa ao espirrar ou tossir? Cientistas descobrem o real motivo e como tratar.

UROMAGAZINE